



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

POTCHE CÓ

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NAS ZONAS URBANAS
DE BISSAU DE 2015 A 2023: CASO M'BATONHA EM BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

POTCHE CÓ

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NAS ZONAS URBANAS
DE BISSAU DE 2015 A 2023: CASO M'BATONHA EM BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Andre de Oliveira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

POTCHE CÓ

**POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NAS ZONAS URBANAS
DE BISSAU DE 2015 A 2023: CASO M'BATONHA EM BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do Título Acadêmico de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em: 19 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos (Orientador)

Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno (Avaliadora)

Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza (Avaliadora)

Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Geral	10
1.2.2	Específicos	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	CONTEXTO EMPÍRICO DE BISSAU E M'BATONHA	12
2.2	ANÁLISE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS (2015-2023)	15
3	JUSTIFICATIVA	17
4	METODOLOGIA	19
5	CRONOGRAMA	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

Falar de preservação ambiental nas zonas urbanas é tratar de um dos maiores desafios das cidades contemporâneas em países em desenvolvimento. A capital da Guiné-Bissau, Bissau, enfrenta desde a sua fundação histórica como entreposto colonial português problemas estruturais relacionados à urbanização acelerada e, muitas vezes, desordenada (Milheiro; Dias, 2010). Este trabalho parte do caso específico de M'Batonha, área urbana de importância ecológica marcada pela presença de zonas úmidas, cuja degradação crescente exige análise crítica das políticas públicas implementadas entre 2015 e 2023. A relevância do estudo reside no fato de que a degradação ambiental ameaça diretamente a qualidade de vida da população, compromete ecossistemas urbanos e aumenta a vulnerabilidade a inundações e a proliferação das doenças. Segundo Nanque (2024, p. 37). N'batonha é um nome dado em homenagem a memória coletiva do régulo responsável por aquele território que sempre defendeu a lagoa quando o sistema político do colonizador português queria tomar aquele lugar para construir instituições que iriam contra sistema arquitetônica Pepel e de seus modos de vida. Ideia sobre Mbatonha, remete uma noção da luta coletiva, porque, ao traduzir esse nome em português, significa, “não sou ninguém”, o que significa, a crucialidade de uma luta coletiva em prol de território Pepel. Dessa forma, torna-se imprescindível compreender a evolução das políticas ambientais na Guiné-Bissau, avaliar seus impactos concretos e propor caminhos para um futuro sustentável. O ano 2015-2023 foi um recorte temporal ou marco histórico por ser ano de início de processo de requalificação da lagoa e início da destruição da mesma respectivamente.

Portanto entendemos que, é crucial e importante analisar as políticas públicas implementadas entre 2015 e 2023 para entender como elas têm contribuído ou não para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da cidade de Bissau, no caso específico de Mbatonha.

Figura 1 – Mbatonha e os seus aspectos naturais



Fonte: RFI, 11 de mai. de 2016

O parque M'Batonha é um lugar de lazer de crianças, mas também é aproveitado para a prática de exercícios físicos. O lugar é um importante centro de descanso, nidificação e de alimentação de aves. O Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) defende que o parque recebe anualmente mais de 125 espécies de aves.

Lugar com uma vegetação abundante e água doce no centro de Bissau, o parque foi totalmente requalificado, em 2018, com os apoios da União Europeia e cooperação portuguesa, passando a chamar-se desde então Parque Europa, Lagoa de Mbatonha.

“A cidade de Bissau, fundada em 1687 como um posto comercial português, tornou-se a capital da Guiné-Bissau em 1941”. Segundo Ana Vaz Milheiro; Eduardo Costa Dias “a acção do GUC (Gabinete de Urbanização colonial), como se verá, é, por razões várias, particularmente notória, na Guiné-Bissau uma colónia durante muitas décadas marcada pelo pouco peso político da larga maioria dos seus governadores junto do governo em Lisboa e por um crónico deficit de infra-estruturas de toda a ordem. De facto, neste último aspecto, nos finais da Segunda Guerra Mundial, não só globalmente a Guiné dispõe de poucas infra-estruturas, como ainda a cidade de Bissau, tornada capital da colónia em 1941, não possui instrumentos capazes de planeamento

e de concepção que permitam transformar, num espaço relativamente curto, uma cidade, um pouco mais do que um “simples” entreposto comercial, numa moderna “cidade capital” (Milheiro; Dias, 2010, p. 80-81).

Desde então, a cidade passou por um processo contínuo de urbanização, com a expansão de infraestruturas e a ampliação de áreas residenciais. No entanto, apesar desse crescimento, Bissau ainda enfrenta desafios significativos em termos de planeamento urbano e gestão ambiental. A cidade carece de infraestruturas adequadas, como sistemas de saneamento e gestão de resíduos, o que contribui para a degradação ambiental. Além disso, a falta de regulamentação e fiscalização eficazes tem permitido a ocupação desordenada de áreas verdes e zonas úmidas, agravando os problemas ambientais.

As zonas úmidas de Bissau desempenham um papel vital na manutenção do equilíbrio ecológico da cidade. No entanto, é notório que a expansão urbana tem colocado uma pressão significativa sobre essas zonas úmidas, levando à sua degradação e perda. A ocupação dessas áreas por construções e infraestruturas tem sido uma das principais ameaças à sua conservação. A falta de políticas eficazes de ordenamento territorial e a ausência de uma visão estratégica para a conservação ambiental têm contribuído para a degradação dessas zonas úmidas, comprometendo sua capacidade de fornecer serviços ecossistêmicos essenciais.

Este estudo tem como objetivo analisar as políticas de preservação ambiental implementadas em Bissau entre 2015 e 2023, com foco específico no caso de M'Batonha. A análise buscará identificar as principais iniciativas e medidas adotadas para a preservação das zonas úmidas e outras áreas verdes, bem como avaliar sua eficácia e impacto. Além disso, o estudo pretende destacar as lições aprendidas e as melhores práticas que podem ser replicadas em outras áreas urbanas da cidade e do país.

Ao analisar estas questões buscamos entender os desafios, as consequências e oportunidades para a sustentabilidade da cidade de Bissau em M'Batonha. É necessário que as autoridades locais e nacionais desenvolvam e implementem políticas robustas de ordenamento territorial e conservação ambiental para garantir um futuro sustentável para Bissau.

Figura 2 – Beleza natural de M'batonha



Fonte: UCCLA Publicado em 01-09-2017

Figura 3 – Fim de Mbatonha



Fonte: Mussá Baldé, RFI, 01/2023

Figura 4 – Destruição total de M'Batonha



Fonte: Mussá Baldé, RFI

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A urbanização de Bissau apresenta um histórico de crescimento desordenado e deficiências estruturais herdadas do período colonial. Como destacam Milheiro e Dias (2010), a cidade foi marcada pela ausência de planejamento urbano, o que resultou em ocupações irregulares e

degradação ambiental. No contexto contemporâneo, Assis *et al.* (2012) observam que a avaliação de políticas ambientais é dificultada pela fragmentação institucional e pela falta de mecanismos consistentes de monitoramento. Esses entraves são evidentes em Bissau, onde, segundo Bathillon (2018), a instabilidade política e a priorização de interesses econômicos fragilizaram a implementação das políticas ambientais. Nesse cenário, áreas ecologicamente sensíveis, como a Lagoa de M'Batonha, sofrem com ocupações ilegais, poluição e perda de biodiversidade. Assim, o problema central da pesquisa consiste em compreender até que ponto as políticas de preservação ambiental implementadas entre 2015 e 2023 foram eficazes em mitigar esses impactos e quais fatores explicam suas limitações.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

- ✓ Analisar as políticas sobre a preservação ambiental implementadas em Bissau entre 2015 à 2023 no caso de Mbatonha.

1.2.2 Específicos

- ✓ Identificar os principais desafios enfrentados na implementação e execução das políticas ambientais.
- ✓ Avaliar a eficácia dessas políticas na conservação do meio ambiente nas zonas urbanas em Mbatonha.
- ✓ Entrevistar os ativistas ambientais sobre as políticas ambientais em Bissau.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo das políticas de preservação ambiental em Bissau exige compreender o legado histórico da urbanização da cidade e os marcos conceituais das políticas ambientais em contextos africanos. A urbanização de Bissau foi marcada pela ação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), órgão criado em 1944 para planejar e executar projetos arquitetônicos e urbanísticos nas colônias portuguesas. Conforme Milheiro e Dias (2010), Bissau, elevada a capital em 1941, apresentava sérias deficiências de infraestrutura e

planejamento, e somente com a intervenção do GUC passou a contar com uma rede de edifícios e estruturas mínimas de administração e serviços públicos.

No entanto, esse processo de urbanização foi excludente e priorizou interesses coloniais, deixando em segundo plano as populações locais. O legado desse modelo urbano ainda se reflete no crescimento desordenado da cidade, na ocupação irregular e na carência de saneamento básico. Esses fatores impactam diretamente o meio ambiente, especialmente as zonas úmidas que desempenham papel fundamental na regulação hidrológica e na manutenção da biodiversidade. Segundo LEFF, Enrique apud UNESCO (1980, p. 310) ele vai dizer paulatinamente passou-se da noção de ambiente que considera essencialmente os aspectos biológicos e físicos, a uma concepção mais ampla, que dá lugar às questões econômicas e socioculturais, reconhecendo que, se os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do ambiente humano, as dimensões socioculturais e econômicas definem as orientações conceituais, os instrumentos técnicos e os comportamentos práticos que permitem ao homem compreender e utilizar melhor os recursos da biosfera para a satisfação de suas necessidades. Assim, o problema central da pesquisa consiste em compreender até que ponto as políticas de preservação ambiental implementadas entre 2015 e 2023 foram eficazes em mitigar esses impactos e quais fatores explicam suas limitações tendo em conta as lutas culturais, políticas e sociais.

No campo das políticas ambientais, Assis *et al.* (2012) destacam que a avaliação das políticas é um processo fundamental para verificar sua efetividade, mas enfrenta desafios como a fragmentação institucional, a falta de dados consistentes e a ausência de participação social. Tais desafios se fazem presentes também na Guiné-Bissau, onde, como demonstra Bathillon (2018), a política ambiental foi historicamente relegada a segundo plano devido à instabilidade política e à prioridade dada a outros setores econômicos. Nessa senda os aspectos políticos e culturais são fundamentais para entender como esses processos que segundo (Gonçalves, 2005) o fenômeno da globalização, entendido como um processo não exclusivamente econômico, mas também que envolve aspectos sociais, culturais, políticos e pessoais, recolocou, de maneira dramática, as relações entre sociedade e Estado. O conceito de governança nesse âmbito pode ajudar a entender as dinâmicas políticas, culturais e ambientais para melhor garantir as sustentabilidades ambientais em M'Batonha.

Segundo Boiné (2023), os principais instrumentos legais da Guiné-Bissau incluem a Lei nº 1/2011 (Lei de Bases do Ambiente), a Lei nº 10/2010 (Avaliação Ambiental), o Plano Nacional de Gestão Ambiental (Decreto nº 3/2004) e a Lei-quadro das Áreas Protegidas (Decreto-lei nº 5-A/2011). Apesar da existência dessas normas, a efetividade de sua aplicação é limitada pela fragilidade institucional e pela escassez de recursos.

Além disso, de acordo com De Melo (2020), o modelo global de desenvolvimento econômico contribuiu para a degradação ambiental em diversos países do Sul global, incluindo a Guiné-Bissau. O crescimento econômico sem preocupações ambientais tende a gerar poluição, desmatamento e perda da biodiversidade.

Portanto, este referencial teórico articula três dimensões fundamentais: (a) a urbanização histórica e seu impacto ambiental; (b) os instrumentos e políticas ambientais na Guiné-Bissau; e (c) os desafios globais e locais para a implementação de políticas efetivas de preservação ambiental.

2.1 CONTEXTO EMPÍRICO DE BISSAU E M'BATONHA

M'Batonha, situado no Centro de cidade de Bissau, representa uma das áreas urbanas mais sensíveis em termos ambientais. A Lagoa de N'Batonha, localizada próxima ao Mercado Central de Bissau, é um ecossistema urbano de grande importância para a biodiversidade, servindo de habitat para aves migratórias, répteis, anfíbios e espécies aquáticas (Mendonça, 2024).

Em agosto de 2016 deu início a um progresso de implementação do projeto de construção do Parque Urbano de N'Batonha, em Bissau

As operações de limpeza e desassoreamento da lagoa de N'Batonha, em Bissau, já foram executadas. Localizada no centro da cidade, a lagoa é o único reservatório superficial de água doce na região, onde vêm alimentar-se ou nidificar mais de 100 espécies de aves, muitas delas vindas da Europa e da Ásia, e alguns répteis como o crocodilo.

Este projeto, que está a ser implementado pela ONGD MONTE em parceria com a Câmara Municipal de Bissau, tem o apoio da União Europeia e do Camões, I.P. Trata-se de uma intervenção de referência em requalificação urbanística, que concilia proteção da biodiversidade num contexto urbano complexo com equipamentos de educação ambiental e de lazer. (Guiné-Bissau, 2016).

Figura 5 – Publicado em sexta-feira, 12 agosto 2016 15:52



Fonte: Uccla.pt

Apesar de sua importância, a área vem sofrendo crescente degradação. Segundo Mendonça (2024), os principais fatores de impacto ambiental no Parque Europa Lagoa de N'Batonha incluem a urbanização desordenada, o desmatamento, a poluição e interesses políticos que resultaram em ocupações ilegais e destruição parcial da lagoa. As consequências observadas vão desde a perda da biodiversidade até inundações frequentes e riscos à saúde pública.

A perspectiva cultural também é central para compreender M'Batonha. Segundo Adelino Nanque (2024), as mulheres katanderas do povo Pepel assumem papel fundamental na luta pela defesa da lagoa, vista não apenas como recurso natural, mas como território ancestral sagrado. A ecologia política permite interpretar esse conflito ambiental como parte de um processo mais amplo de resistência à lógica desenvolvimentista que ameaça modos de vida tradicionais. “No que diz respeito a definição de “katandera”, ela é uma pessoa de sexo feminino para confluir na comunidade e serve como fio de elo de ligação entre mundo dos vivos e dos mortos. Ela se legitima por meio de rituais que lhe legitima e lhe dá o poder e direito de conduzir a comunidade Pepel tanto no momento ritualístico ou em qualquer outra ocasião. (Nanque, 2024, p. 55).

Assim, M'Batonha se apresenta como um microcosmo dos dilemas ambientais de Bissau: urbanização sem planejamento, pressões econômicas e políticas frágeis de preservação, contrapostos à mobilização comunitária e ao reconhecimento da importância cultural e ecológica da área.

A urbanização da cidade de Bissau tem uma história rica e complexa, marcada por diferentes fases de desenvolvimento e influências coloniais.

Segundo Milheiro, em 1941, a cidade é elevada à capital da província. Um novo plano, de 1942, é atribuído ao engenheiro Eduardo José de Pereira da Silva, chefe da Repartição Central dos Serviços Geográficos e Cartográficos da Guiné. Por volta de 1945, o Gabinete inicia os trabalhos que conduzem à elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, da responsabilidade desses serviços com sede em Lisboa. O Plano Geral de Urbanização é aprovado a 12 de Junho de 1948, ainda durante o governo de Manuel Sarmiento Rodrigues (1899-1979) (Milheiro, 2012, p. 220).

Durante o período colonial, especialmente a partir de 1944, o Gabinete de Urbanização Colonial, um órgão dependente do Ministério das Colónias de Portugal, desempenhou um papel insignificante, na execução de projetos de arquitetura e urbanismo em Bissau. Este gabinete foi responsável por planejar e implementar diversas intervenções urbanas que ajudaram os ex-colonizadores a definir a paisagem da cidade durante as três décadas seguintes.

Na década de 1950, Bissau foi objeto de um plano de urbanização que visava modernizar e organizar a cidade. Este plano incluiu a construção de infraestruturas, a definição de áreas residenciais e comerciais, e a melhoria das condições de vida dos habitantes que não chegou de acontecer. A cidade foi dividida em setores, com a população europeia, principalmente portuguesa, residindo nas áreas centrais, enquanto a população local foi realocada para as periferias.

Após a independência da Guiné-Bissau em 1973, Bissau manteve seu status de capital e continuou a ser o centro político, administrativo e econômico do país. No entanto, a cidade enfrentou desafios significativos devido à falta de investimentos e planejamento urbano adequado, resultando em uma expansão urbana desordenada e na deterioração de algumas infraestruturas.

A cidade abriga importantes instituições governamentais, serviços financeiros, turísticos, educacionais e de saúde. No entanto, a falta de um planejamento urbano eficaz e a expansão desordenada continuam a ser desafios que afetam a qualidade de vida dos seus habitantes.

A urbanização de Bissau reflete uma combinação de influências coloniais e desafios pós-independência. A cidade possui um rico patrimônio arquitetônico e cultural, mas precisa de investimentos e planejamento para enfrentar os desafios contemporâneos e promover um desenvolvimento urbano sustentável.

2.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS (2015-2023)

Entre 2015 e 2023, a Guiné-Bissau implementou diversas medidas voltadas à preservação ambiental, com destaque para programas de ordenamento territorial e de gestão de áreas protegidas. Contudo, a análise mostra que muitas dessas medidas não alcançaram resultados efetivos.

De acordo com Bathillon (2018), a política ambiental guineense avançou lentamente, condicionada por crises políticas e econômicas, além de práticas de corrupção que enfraqueceram a aplicação das leis. Mendonça e Nunes (2021) apontam que a ausência de fiscalização efetiva permitiu ocupações ilegais em zonas úmidas como N'Batonha, agravando a degradação.

Por outro lado, iniciativas apoiadas por organizações internacionais, como o projeto de reabilitação do Parque Europa Lagoa de N'Batonha financiado pela União Europeia, demonstram a importância da cooperação internacional e da participação da sociedade civil para a preservação ambiental (Mendonça, 2024).

Assis *et al.* (2012) destacam que políticas ambientais só são eficazes quando acompanhadas de mecanismos de avaliação contínua e de participação social. Em Bissau, a ausência desses mecanismos explica, em grande parte, a ineficácia de medidas adotadas entre 2015 e 2023.

Portanto, a análise do período revela uma contradição: ao mesmo tempo em que a legislação ambiental avança no plano formal, sua implementação concreta enfrenta obstáculos relacionados à instabilidade institucional, à falta de recursos e à baixa conscientização ambiental da população.

As zonas húmidas de Bissau enfrentam diversos desafios, especialmente em relação à expansão urbana e à falta de ordenamento territorial. A invasão de construções e infraestruturas nessas

áreas é considerada uma das principais ameaças ambientais, agravando problemas como alterações climáticas e degradação ambiental. De acordo com Decreto-Lei n.º 5-A/2011 de 1 de março Aprovada a Revisão da Lei Quadro das Áreas Protegidas. Reconhece que:

A Guiné-Bissau é considerada um dos países mais ricos em biodiversidade da África Ocidental e com uma costa marinha beneficiária do fenómeno de ressurgência, carregado de muitos nutrientes utilizáveis para a alimentação das espécies pesqueiras. Apesar desta diversidade excepcional, o ambiente tem estado a sofrer modificações e seguidas da degradação do seu potencial biológico causadas por práticas incompatíveis com os princípios de uma gestão durável dos recursos naturais, destacando-se como uma das causas a pobreza das nossas populações rurais. (Bissau, 2011, p. 1).

Ambientalistas destacam a necessidade de um novo ordenamento do território nacional para controlar e proteger essas zonas húmidas, que são cruciais para a biodiversidade e o equilíbrio ecológico da região (Cassama, 2023).

Além disso, a Organização para a Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas (ODZH) tem desempenhado um papel importante na conservação dessas áreas. Em 2022, a ODZH colaborou com autoridades locais para combater o comércio ilegal de partes de abutres, resultando na prisão de dois comerciantes no mercado de Bandim, em Bissau. Essa ação reflete o esforço contínuo da organização em proteger a fauna local e preservar os ecossistemas das zonas húmidas. (Sal, 2024).

O Parque da Lagoa de N´Batonha é reconhecido como sendo um elemento central da ecologia urbana de Bissau, que constitui um importante local de alimentação, reprodução e descanso para as aves residentes e migradoras, oriundas dos países da Europa.

Dados do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (IBAP) apontam para “mais de 125 espécies de aves” a utilizarem a lagoa durante todo o ano. O local abriga também um conjunto de espécies da fauna e da flora, incluindo répteis, anfíbios, mamíferos, entre outros, representativas dos ecossistemas terrestres e aquáticos da Guiné-Bissau (Cassama, 2023).

O ministro do Ambiente e Biodiversidade não esclareceu quando se iniciou o estudo do impacto ambiental do local, mas frisou que “a nossa lei é flexível e no ocorrer da obra, o estudo pode ser realizado e acompanhado pela autoridade de avaliação ambiental competente e

a inspeção do ambiente”, assegurando que mais de 50% por cento do espaço será zona verde, solo para receber a água das chuvas (Sambu, 2023).

Está declaração mostra claramente a falta de vontade de e serenidade em resolver e pensar questões ambientais para parte das autoridades uma vez que Decreto no 3/2004: Aprovado o Plano Nacional de Gestão Ambiental disse que:

Política Nacional de Gestão Ambiental visa contribuir para o desenvolvimento sócio-económico durável e sustentável do país, e apoiar na procura de soluções para garantir a segurança alimentar, erradicação da pobreza, controlo da poluição e saneamento do ambiente e nocividades, conservação dos recursos naturais e luta contra o avanço do processo da desertificação, assim como minimizar os impactes antrópicos que influem na alteração climática, ou seja: Desenvolver ações que permitam uma utilização racional dos recursos naturais em geral, e a salva- guarda dos recursos biológicos ameaçados, em particular. Proceder a obrigatoriedade da realização de estudos de impacto ambiental ao nível de todos os projetos susceptíveis de repercussão negativa no ambiente. (Guiné-Bissau, 2004, p.1)

Segundo este decreto importante, criado pelo estado da Guiné-Bissau poderia servir como um suporte para um estudo do impacto ambiental no parque lagoa de M’batonha.

3 JUSTIFICATIVA

Sou um jovem guineense que cresceu em Bissau, brincando e observando a paisagem de Parque Lagoa de Mbatonha e também presenciei a destruição desse mesmo parque por parte das entidades políticas em detrimento de um projeto político que é a construção de uma escola e mesquita nesse local.

A propósito, a palavra parque é originária de “parc”, em inglês e francês antigos, designando “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou por concessão do rei”. Assim, fica claro que a palavra parque implica delimitação de uma área a ser protegida, preservada, segundo interesses públicos ou privados (Gomes *apud* Davenport; Rao, 2002, p. 54).

A ideia de escolher esse tema e falar desse assunto me veio ao pensamento numa aula de Cultura e meio ambiente na UNILAB num seminário com os colegas onde as questões ambientais foram debatidas fortemente. Daí veio essa ideia de falar sobre Mbatonha pensando as políticas

públicas de preservação como uma ferramenta crucial para entender os problemas como degradação ambiental, poluição, escassez de recursos e sustentabilidade. A escolha de Mbatonha como objeto de estudo se justifica pela sua relevância como uma das áreas urbanas de Bissau que enfrenta desafios significativos em relação à preservação ambiental.

Compreender as políticas que foram implementadas e sua eficácia ou não pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e sustentáveis para a conservação do meio ambiente nas zonas urbanas de Bissau. O recorte temporal do período a ser pesquisado deve-se

Por ocasião das celebrações dos 40 anos da parceria entre a Guiné-Bissau e a União Europeia, foi lançada da cidade de Bissau (Membro Efetivo da UCCLA) a primeira pedra para a construção do Parque Urbano N'batonha.

O presidente da Câmara Municipal de Bissau, Adriano Ferreira, explicou que o projeto da recuperação da referida zona húmida foi idealizado pela sua instituição e a ONG portuguesa Monte, no quadro das celebrações dos 40 anos da parceria entre a Guiné-Bissau e a União Europeia. Acrescentou que com a conclusão da obra, a cidade de Bissau passará a contar, no seu centro, com um Parque Urbano de referência na Sub-Região, pensado não apenas para o lazer dos seus munícipes, mas também para a proteção dos animais que ali habitam, preservação do espaço verde e para a sensibilização e educação da população sobre a importância da proteção da natureza e da biodiversidade.

O projeto teve início em setembro de 2015 e será concluído em janeiro de 2017. O Parque Urbano de N'batonha terá uma superfície de 2.5 hectares. A intervenção no espaço tem dois objetivos fundamentais: a reabilitação da lagoa e a criação de espaços de lazer na cidade de Bissau, que permita a prática desportiva, a interpretação da natureza, o recreio infantil, entre outros. Terá, ainda, outras infraestruturas como uma cafetaria, uma pista de corrida, equipamentos de apoio à prática desportiva, etc. (Guiné-Bissau, 2016).

No caso do Parque Mbatonha, o espaço possui uma peculiaridade de ter uma lagoa de água doce que, em alguns momentos, pode ser influenciada pelas marés. Localizada a cerca de 600 metros das zonas inundadas pelas marés, demonstra assim a sua interconexão com os ambientes subjacentes e adjacentes mais baixos. Por possuir sedimentos finos, argila, silte e areia fina, consegue armazenar água que vai secando progressivamente das áreas mais rasas para as mais profundas cuja vegetação permanece herbácea, verde até à época das chuvas na qual restabelece o vigor de verde em todo seu perímetro. “A lagoa tem uma superfície de 25000 m², dos quais 13.500 m² cobertos por água doce. (Mendes, 2021, p. 53).

Ao confirmar-se a informação, da destruição de Mbatonha o Espaço de Concertação das Organizações da Sociedade Civil considera um “crime ambiental” inqualificável e de um total descaso social” e lembra que “a Guiné-Bissau se encontra no topo dos países mais vulneráveis do ponto de vista ambiental e a ausência quase total de espaços de lazer e de aprendizagem sobre o ambiente na cidade de Bissau e no país em geral. (Cassama, 2023).

Os Parques urbanos são elementos fundamentais da ecologia urbana e do bem-estar humano e não humano da cidade. Quando o acesso a estes espaços é livre eles são benéficos para todos que deles usufruem, habitantes e visitantes da cidade. São usados para atividades desportivas do tipo amador, visitas turísticas, proporcionam um ambiente de conforto de interação com a natureza. Igualmente, do ponto de vista ecológico, situando se no contexto da cidade proporcionam condições de habitabilidade, usufruto para várias espécies de animais e plantas, facilitando com isso a coexistência com humanos (Mendes, 2021, p. 51).

4 METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa é constituída por três instrumentos que nos ajudarão atingir os objetivos desejados: a pesquisa bibliográfica, documentais e a entrevista semiestruturada.

Na pesquisa bibliográfica revisaremos os trabalhos já publicados que falam sobre os assuntos a serem discutidos nesse trabalho, livros, artigos científicos, dissertações e teses que segundo Fonseca (2002) nos oferece uma visão mais ampla sobre como podemos prosseguir com um trabalho de pesquisa, para alcançar os objetivos desejados usando as bibliografias quando se trata de pesquisa qualitativos.

A pesquisa bibliográfica é feita á partir de levantamento de referências teóricas já analisados, e publicados por meios escritos e eletrônico, como livros, artigos científicos, páginas de web sites sobre o tema a estudar. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (Fonseca, 2002, p. 32).

Para identificar os principais desafios enfrentados na implementação e execução das políticas ambientais prosseguir com uma análise aos documentos governamentais e oficiais da Guiné-Bissau sobre as políticas ambientais nas zonas urbanas que conduziram o processo de destruição de parque lagoa de Mbatonha durante os anos 2015 a 2023.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a

um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2010, p. 21-22).

No próximo passo faremos as entrevistas com os ativistas ambientais, população arredores de Mbatonha para melhor entender as suas reações em relação as políticas de preservação ambiental. Devido à natureza de pesquisa, ao avaliar a eficácia dessas políticas na conservação do meio ambiente nas zonas urbanas em Mbatonha.

Minayo (2010) Ela vem nos mostrando como e “onde podemos encontrar a pesquisa qualitativa, suas relevâncias sobre as contribuições sociais para o universo e dos processos que não podem ser reduzidas á operacionalização”. Para melhor entender essas questões é necessário fazer uma entrevista com ativistas ambientais e políticos nesse sentido selecionamos ativistas para uma entrevista para se opinarem sobre assunto de modo a facilitarem uma análise mais aprofundado sobre a preservação ambiental implementadas em Bissau entre 2015 à 2023 no caso de Mbatonha. Essas entrevistas serão incorporadas no trabalho nas próximas etapas. Pretendemos prosseguir com esses métodos para alcançar os nossos objetivos que segundo Gil (1995, p. 27) "pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim".

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Marcelo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI Jr., Arlindo. Avaliação de políticas ambientais: desafios e perspectivas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 7-20, 2012.
- BATHILLON, Aldine Valente. **Política ambiental guineense e seus instrumentos: uma análise histórica da evolução das políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau**. São Francisco do Conde: UNILAB, 2018.
- BOINÉ, Armando Monteiro Cá. **As políticas ambientais da Guiné-Bissau: alguns fundamentos**. 2023.
- CASSAMA, L. Bissau: Ecologistas lançam petição para salvar o Parque da Lagoa de N'Batonha. **Voa português**. 2023. Disponível em: www.voaportugues.com/a/bissau-ecologistas-lan%C3%A7am-peti%C3%A7%C3%A3o-para-salvar-o-parque-da-lagoa-de-n-batonha-em-bissau/6901321.html. Acesso em: 3 maio 2025.
- CASSAMÁ, L. BISSAU: Sociedade Civil denuncia “crime ambiental” na Lagoa de N'Batonha em Bissau. **Voa português** 2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/sociedade-civil-denuncia-crime-ambiental-na-lagoa-de-n-batonha-em-bissau/6901321.html>. Acesso em: 9 maio 2025.
- CÓ, Heloíse Tuila Costa. **Proposta de educação ambiental para a Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).2020
- CONSTRUÇÃO do Parque Urbano Nbatonha | UCCLA. Acesso em: 13 out. 2025.
- DE MELO, Ledyane Munique Rosa *et al.* Os impactos ambientais em decorrência da interferência negativa humana arrazoada pelo progresso econômico. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 10, p. 74935-74952, 2020.
- FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. (2002). Apostila.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995.
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 2, p. 79-90, 2014.
- GONÇALVES, A. O CONCEITO DE GOVERNANÇA Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional do Conpedi- Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito-Fortaleza, 2005. Xiv, 16. 1-2 [em linha]. 2005.
- GUINÉ-BISSAU. **Decreto no 3/2004**: Aprovado o Plano Nacional de Gestão Ambiental. Bissau, 2004.
- GUINÉ-BISSAU. **Lei-quadro das Áreas Protegidas de Boletim Oficial Nº9 Decreto-lei Nº 5-A/2011**. Bissau, 2011. Disponível em: Microsoft Word - Decreto-Lei_5.A-2011.rtf (spcsrp.org). Acesso em: 20 abr. 2025.

GUINÉ-BISSAU. **Lançada primeira pedra para construção do Parque Urbano de Nbatonha** – Intelectuais Balantas Na Diáspora. Acessado em: 13 out. 2025.

GUINÉ-BISSAU. **Progressos de implementação do projeto de construção do Parque Urbano de N'Batonha, em Bissau** - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Acesso em: 13 out. 2025.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

MENDES, Calustre Jorge N. **O primeiro parque urbano em Bissau**: um estudo sobre a avifauna e as percepções sociais do parque e das aves. 2021.

MENDONÇA, Irineia Fernandes Tavares; NUNES, Reginaldo de Oliveira. **Desafios ambientais na Guiné-Bissau**: causas e consequências da destruição do Parque Europa Lagoa de N'Batonha. 2024.

MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz. O Gabinete de Urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português. **urbe. Revista brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, p. 215-232, 2012.

MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974). **Arq.urb**, São Paulo, n. 2, p. 80-83, 2010.

MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização colonial (1944-1974). **arq. urb**, n. 2, p. 80-114, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NANQUE, Adelino. **Nbatonha**: a luta das katanderas em defesa de tchon de Pepel. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SAMBÚ, F. Ministro do ambiente: “m'batonha é uma lixeira e não tem nenhuma classificação nem estatuto ambiental”. **O Democrata**. 2023. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=42389>. Acessado em: 3 maio. 2025.